

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 103.297 - DF (2012/0005717-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : JOSÉ MARIA DA COSTA E OUTROS
ADVOGADO : MARIA EDITH FERREIRA DE MORAIS SOUZA E OUTRO(S) - DF004017
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO : JOAO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S) - DF001805A
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL, contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado:

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO. DEPÓSITO VOLUNTÁRIO. INTIMAÇÃO DO AUTO DE PENHORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. PARÂMETROS. PENHORA. NUMERÁRIO EXISTENTE EM CONTA BANCÁRIA. BACENJUD. DINHEIRO.

I - O prazo para impugnação ao cumprimento da sentença somente fluirá depois da intimação do auto de penhora, § 1º, art. 475-J do CPC.

II - Os honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença, assim como nas execuções, serão fixados mediante apreciação equitativa do Juiz, art. 20, § 4º, do CPC, observados os parâmetros das alíneas "a" a "c" do § 3º do mesmo texto legal. Verba honorária mantida porque fixada com razoabilidade e conforme os critérios legais.

III - O dinheiro está em primeiro lugar na ordem de preferência de penhora, nos termos do art. 655 do CPC todavia, essa ordem não encerra caráter absoluto; no entanto, deve prevalecer quando o executado, apesar de possuir outros bens, nomeia imóvel em Comarca distante, cuja eventual excussão onerará as partes, o processo e a Justiça.

IV - Agravo parcialmente provido. (e-STJ, fl. 204)

Os embargos de declaração opostos por FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL e JOSÉ MARIA DA COSTA E OUTROS foram rejeitados (e-STJ, fls. 235/243).

Os segundos embargos de declaração opostos por JOSÉ MARIA DA COSTA E OUTROS também foram rejeitados (e-STJ, fls. 262/268).

Nas razões do recurso especial, a ora agravante alega violação aos artigos

20, §4º, 535 e 620 do Código de Processo Civil/73, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que a) a manutenção da penhora sobre bem imóvel, uma vez que *"havendo a possibilidade de lançar a constrição judicial sobre bens que causem um ônus menos gravoso ao executado, ao mesmo tempo em que seja garantida a segurança do crédito exequente, deverá esta ser a medida judicial a ser aplicada"* (e-STJ, fl. 285); b) o Agravo de Instrumento nº 2010.00.2.019733-3, interposto pela Recorrente em face dos Recorridos é conexo ao presente.

Contrarrazões apresentadas às fls. 639/648, e-STJ.

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado nº 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

A Corte de origem decidiu a matéria referente à garantia do juízo pelos seguintes fundamentos:

"Não obstante todas essas premissas, na demanda em exame, não se pode submeter os credores da sentença transitada em julgado, de processo iniciado em 02/08/04 (pesquisa feita no sítio deste e Tribunal de Justiça), que para obterem o justo pagamento, tenham que se submeter a penhora e demais atos de eventual excussão de bem imóvel situado em Porto Alegre/RS. Penhora de imóvel em Comarca diversa do litígio onera as partes, o processo e a Justiça. Ainda mais quando é notório que a executada possui bens nesta Capital.

Assim, expeça-se bloqueio, mediante BacenJud, no valor executado e, após o termo de penhora em dinheiro, a penhora sobre o imóvel deverá ser desconstituída." (e-STJ, fl. 211)

Nesse contexto, verifica-se que o acórdão recorrido encontra respaldo na jurisprudência desta Corte de que a penhora deve observar a ordem legal prevista no art. 655 do CPC/1973, a qual determina que a apreensão atinja preferencialmente dinheiro ou depósito judicial.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO

MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DO STJ CONHECENDO DO RECLAMO PARA, DE PLANO, NEGAR SEGUIMENTO AO PRÓPRIO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DA EXECUTADA.

1. Não há falar em violação dos arts. 165, 458 e 535 do Código de Processo Civil de 1973, pois o Tribunal de origem, de maneira clara e fundamentada, promoveu a integral solução da controvérsia, enfrentando todas as questões que lhes foram submetidas, ainda que de forma contrária ao interesse da parte.

2. A penhora online observa a ordem legal prevista no art. 655 do CPC/73, a qual determina que a apreensão atinja preferencialmente dinheiro ou depósito em instituição financeira.

2.1. A análise de possível afronta ao princípio da menor onerosidade da execução (art. 620 do CPC/73) requer a incursão no acervo probatório dos autos, providência vedada em sede de especial, a teor da Súmula 7/STJ. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 662.858/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 23/08/2016, n.g)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. PENHORA "ONLINE". POSSIBILIDADE. O ARTIGO 620 DO CPC, ASSEGURA QUE A EXECUÇÃO DEVA SER PROMOVIDA DA FORMA MENOS GRAVOSA AO DEVEDOR, PORÉM DEVE SER POSSÍVEL A SATISFAÇÃO DO CREDOR. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE SATISFAÇÃO DA EXECUÇÃO. PREFERÊNCIA A DINHEIRO OU DEPÓSITO EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. O BEM OFERTADO É DE PROPRIEDADE DE TERCEIRO QUE NÃO INTEGRA A LIDE E NEM DEU GARANTIA PARA A SATISFAÇÃO DA DÍVIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no Ag 1177128/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 26/11/2010, n.g)

De outro lado, a análise de possível afronta ao princípio da menor onerosidade da execução (art. 620 do CPC/1973) requer a incursão no acervo probatório dos autos, providência vedada em sede de especial, pela Súmula 7 do STJ.

Vejam-se, a propósito, os seguintes julgados desta Corte:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA AGRAVANTE. (...)

3. A revisão da conclusão das instâncias ordinárias acerca do percentual de penhora do faturamento da empresa executada, bem como sobre eventual ofensa ao princípio da menor onerosidade ao

devedor, demandaria, inevitavelmente, a revisão dos fatos discutidos na lide, providência descabida na estreita via do recurso especial, incidindo o óbice da Súmula 07 do STJ.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 977.842/SP, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 25/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. (...)

2. *O STJ possui firme o entendimento no sentido de que "a despeito da nova redação do art. 656, § 2º, do Código de Processo Civil, a substituição da garantia em dinheiro por outro bem ou carta de fiança somente deve ser admitida em hipóteses excepcionais e desde que não ocasione prejuízo ao exequente, sem que isso enseje afronta ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor" (REsp 1.090.864/RS, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 10.05.2011, DJe 01.07.2011).*

3. *O Tribunal de origem, após a análise dos elementos fático - probatório dos autos, manteve o indeferimento do pedido de substituição da penhora por seguro garantia. Assim, alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático - probatório dos autos, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.*

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1129823/SC, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 02/05/2018)

No caso, o Tribunal de origem concluiu que os julgamentos proferidos não são conflitantes, ante a existência de pedido diverso. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

"No entanto, os julgamentos proferidos não foram conflitantes.

O pedido do presente agravo de instrumento é para que os honorários fixados em R\$ 20.000,00 sejam majorados entre 10% a 20% do valor da condenação (fl. 11 v.), com fundamento no art. 20, § 3, do CPC, uma vez que o valor do cumprimento de sentença é de R\$ 658.866,42 (fl. 46), in verbis:

"c) Reformar a decisão agravada para que sejam fixados honorários advocatícios no cumprimento de sentença, entre 10% e 20% do valor da execução, com fulcro no artigo 20, § 30, 652-A e 475-R do Código de Processo Civil, e recente posicionamento do STJ no julgamento do Resp. 978545/MIG, Rei. Ministra Nancy Andrighi;"

E, nos termos do r. acórdão de fls. 186/90, a r. decisão monocrática que os fixou em R\$ 20.000,00 de acordo com o § 4 daquele dispositivo legal, foi mantida (fls. 188/9) e não houve qualquer modificação no valor arbitrado pelo Juízo a quo.

Por outro lado, o agravo de instrumento interposto pela Fundação-embargada e julgado pelo e. Desembargador José Divino de Oliveira (fls. 221/6) examinou pedido diverso, ou seja, impugnação quanto ao cabimento de honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença, bem como a redução do valor de R\$ 20.000,00.

Nesse acórdão (fls. 221/6), a e. Sexta Turma Cível decidiu pelo cabimento da fixação de honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença, todavia o quantum foi reduzido para R\$ 3.000,00.

O e. Desembargador Relator José Divino Oliveira asseverou que (fls. 222/6):

"No entanto, a enorme discrepância entre os valores pretendidos pelos credores (R\$ 658.866,42) e o depósito efetuado pela devedora (R\$ 4.269,17) instituiu a controvérsia a ser sanada por meio da impugnação ao cumprimento da sentença.

A impugnação ao cumprimento de sentença revela a resistência à pretensão do credor, podendo resultar no reconhecimento da exorbitância dos valores cobrados e, assim, na sucumbência deste, ensejando a condenação ao pagamento de honorários advocatícios na proporção do insucesso da pretensão executória inicial.

Por outro lado, a imposição dos ônus processuais decorre do princípio da sucumbência, o qual é norteadado pelo princípio da causalidade, segundo o qual aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes.

O que determina a fixação dos honorários advocatícios é a necessidade que a parte teve de instaurar o procedimento de cumprimento da sentença para receber o seu crédito reconhecido em decisão transitada em julgado.

Portanto, não efetivado voluntariamente o pagamento, ou efetuado a menor, na forma do art. 475-J, do Código de Processo Civil, cabível o arbitramento de verba honorária para remunerar o advogado pelas atividades necessárias ao cumprimento forçado do comando da sentença condenatória."

No presente caso, verificando a disparidade entre os valores apontados e, considerando, ainda eventual possibilidade de procedência total ou parcial da impugnação, fixando o montante da condenação em valores abaixo dos honorários arbitrados pelo magistrado, impõe-se a reforma da decisão agravada para fixá-los em valor compatível ao débito exequendo, razão pela qual entendo razoável nesta fase de cumprimento de sentença sua fixação no montante de R\$ 3.000,00.

Importa ressaltar que por ocasião da decisão da multicitada impugnação, o magistrado poderá fixar verba honorária naquele

incidente, considerando, no caso de eventual improcedência da impugnação, a possibilidade de fixação de honorários adequando a remuneração do advogado ao efetivo valor da execução.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso para, reformando em parte a respeitável decisão, reduzir a verba honorária da fase de cumprimento de sentença a R\$ 3.000,00 (três mil reais)."

Em conclusão, a pretensão dos embargantes-agravantes não merece acolhida uma vez que têm a intenção de modificar o que já foi julgado." (e-STJ, fls. 265/267)

Com razão, porquanto, inexistindo identidade de objetos e causas de pedir entre as ações, é desnecessária a reunião dos feitos por conexão, na forma como exige o art. 103 do CPC/73.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. FIXAÇÃO. PLURALIDADE DE RÉUS COM DOMICÍLIOS DIVERSOS. ART. 94, § 4º, CPC. CONEXÃO. CAUSAS DE PEDIR DIVERSAS. DESCABIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. RECURSO PROTETATÓRIO. CONDENAÇÃO. DESCABIMENTO.

I - A competência territorial é fixada, em regra, no foro do domicílio do réu para que ele possa exercer com maior comodidade o contraditório e a ampla defesa. (art. 94, caput, CPC)

II - Se o réu tem mais de um domicílio poderá ser demandado no foro de qualquer deles. (art. 94, § 1º, CPC) III - "Havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor." (art. 94, § 4º, CPC)

*IV - **Descabe a reunião de processos pela conexão quando não lhes for comum a causa de pedir. (art. 103, CPC)***

V - Não se revela o intuito manifestamente protetatório do recorrente a caracterizar a litigância de má-fé quando o relator concede liminarmente efeito suspensivo ao recurso ao fundamento de que a pretensão recursal não se mostra de todo despropositada.

Recurso especial parcialmente provido apenas para excluir a condenação ao pagamento de multa por litigância de má-fé."

*(REsp 704.968/SP, Rel. **Ministro FELIX FISCHER**, QUINTA TURMA, julgado em 23/05/2006, DJ 26/06/2006, p. 190, g.n.)*

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO RESPECTIVO TRIBUNAL OU DE TRIBUNAL SUPERIOR. PERMISSIVO DO ART. 557 DO CPC. CONEXÃO. INEXISTÊNCIA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INVIABILIDADE.

(...)

2. Não se configura a conexão, dando ensejo à prejudicialidade

de julgamento de um dos processos e sua conseqüente suspensão, quando distintos o objeto e a causa de pedir das demandas em confronto.

3. Recurso especial improvido.

(REsp 457.192/CE, Rel. **Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2006, DJ 03/08/2006, p. 243, g.n.)

"PROCESSUAL CIVIL - REINTEGRAÇÃO DE POSSE E PRESTAÇÃO DE CONTAS - CONEXÃO ENTRE AS AÇÕES - IMPOSSIBILIDADE IN CASU - FALTA DE IDENTIDADE O OBJETO E CAUSA DE PEDIR - ART. 103 DO CPC - INTERPRETAÇÃO - RECURSO ESPECIAL - DIVERGÊNCIA PRETORIANA NÃO CONFIGURADA.

(...)

II - A conexão entre duas ações pressupõe o mesmo pedido ou a mesma causa de pedir. O pedido possui duplo enfoque - pede-se a prestação jurisdicional (pedido imediato) e o bem da vida perseguido pelas partes (pedido mediato). A causa petendi, ou razão do pedido, revela o liame jurídico que deve existir entre as circunstâncias fáticas e o direito alegado.

III - Não há conexão entre uma ação possessória, onde o autor busca a reintegração da posse dos bens esbulhados e outra ação de prestação de contas, cujo objetivo pretendido pelo autor é a mera discriminação dos débitos lançados em sua conta corrente.

IV - Recurso especial não conhecido."

(REsp 256.097/PR, Rel. **Ministro WALDEMAR ZVEITER**, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/2001, DJ 16/04/2001, p. 108, g.n.)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator